


RESSALVA

Atendendo solicitação do(a) autor(a), o texto completo desta dissertação será disponibilizado somente a partir de 06/12/2018.

unesp  **UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA**
“JÚLIO DE MESQUITA FILHO”
Faculdade de Ciências e Letras
Campus de Araraquara - SP

RENATA DA SILVA REGO BATISTA

**ATENDIMENTO EDUCACIONAL
ESPECIALIZADO NOS ANOS INICIAIS DO
ENSINO FUNDAMENTAL NO MUNICÍPIO
DE RIBEIRÃO PRETO**

ARARAQUARA – S.P.

2016

RENATA DA SILVA REGO BATISTA

ATENDIMENTO EDUCACIONAL
ESPECIALIZADO NOS ANOS INICIAIS DO
ENSINO FUNDAMENTAL NO MUNICÍPIO
DE RIBEIRÃO PRETO

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós Graduação em Educação Escolar da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”- UNESP, Campus de Araraquara, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre.

Linha de pesquisa: Política e Gestão Educacional

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Claudia Regina Mosca Giroto

ARARAQUARA – S.P

2016

Batista, Renata

ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO NOS ANOS
INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL NO MUNICÍPIO DE
RIBEIRÃO PRETO / Renata Batista - 2016
82 f.

Dissertação (Mestrado em Educação Escolar) -
Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita
Filho", Faculdade de Ciências e Letras (Campus
Araraquara)

Orientador: Claudia Regina Mosca Giroto

1. Educação Inclusiva. 2. Educação Especial. 3.
Atendimento Educacional Especializado. I. Título.

Ficha catalográfica elaborada pelo sistema automatizado
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

RENATA DA SILVA REGO BATISTA

ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL NO MUNICÍPIO DE RIBEIRÃO PRETO

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós Graduação em Educação Escolar da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”- UNESP, Campus de Araraquara, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre.

Linha de pesquisa: Política e Gestão Educacional

MEMBROS COMPONENTES DA BANCA EXAMINADORA:

Presidente e Orientador: Prof^ª. Dr^ª. Claudia Regina Mosca Giroto
UNESP – ARARAQUARA

Membro Titular: Prof^ª Dr^ª. Fabiana Cristina Frigieri de Vitta
UNESP – ARARAQUARA

Membro Titular: Prof^ª. Dr^ª. Rosimar Bortolini Poker
UNESP – MARÍLIA

Suplente: Prof^ª. Dr^ª Sandra Eli Sartoreto de Oliveira Martins
UNESP – MARÍLIA

Suplente: Prof^ª. Dr^ª. Ana Paula de Oliveira Santana
UFSC - FLORIANÓPOLIS

Data da defesa: 06/12/2016
Local: Universidade Estadual Paulista
Faculdade de Ciências e Letras
UNESP – Campus de Araraquara

Aos meus filhos, Leonardo e Henrique.

AGRADECIMENTOS

A Deus, acima de tudo, pela graça de permitir a realização de mais esta etapa de minha vida acadêmica.

Aos meus pais, Jaime (*in memoriam*) e Neuza, pelo amor que sempre me transmitiram e pelo esforço que fizeram para me oferecer a melhor educação.

A toda minha família, por terem sempre me apoiado e incentivado, cada um à sua maneira.

Aos meus filhos Leonardo e Henrique, minha maior riqueza, por se alegrarem comigo a cada conquista.

Ao pai carinhoso, Valter, por ter me apoiado e ter estado sempre presente junto aos nossos filhos, colaborando de forma fundamental para suprir minhas ausências.

À minha orientadora, Prof^ª. Dr^ª. Claudia Regina Mosca Giroto, pela confiança, pelos ensinamentos e pela paciência.

Aos colegas de Mestrado, pelos momentos de aprendizado compartilhados, especialmente à Joice, uma pessoa especial, que tornou-se uma grande amiga, com quem eu dividi angústias e alegrias e aprendi muito além de questões acadêmicas.

Aos meus amigos, colegas de trabalho e ex-professores, que torceram por mim.

Aos participantes desse estudo, pela contribuição e disponibilidade.

Ao programa de pós-graduação da UNESP- FCLAR, aos componentes da banca e a todos os professores que fizeram parte desse caminhar e de alguma forma contribuíram para que eu pudesse alcançar esse objetivo tão almejado.

À minha irmã Neiva, que foi a principal incentivadora para que eu ingressasse no programa de mestrado e por tudo que sempre representou em minha vida... Por ter me acolhido desde pequena e nunca desistido de me ajudar, aconselhar e amar. Por não ter permitido que eu desistisse dos meus objetivos e por me reerguer nas horas mais difíceis, quando eu pensei que não fosse superar.

Agradeço a Deus pelo presente de ter você como minha irmã.

Obrigada pelo seu amor incondicional.

“Quando perdemos o direito de ser diferentes, perdemos o privilégio de sermos livres”

autor anônimo

RESUMO

Esta pesquisa teve como objetivo descrever e analisar o Atendimento Educacional Especializado (AEE) no contexto dos anos iniciais do Ensino Fundamental em Ribeirão Preto, no Estado de São Paulo e identificar qual é a percepção do especialista acerca desse atendimento. Fundamenta-se teoricamente, em estudos sobre a Educação Inclusiva no Brasil e sobre o AEE, bem como nos documentos oficiais que regem a Educação Inclusiva no Brasil e no referido município. Sob uma abordagem qualitativa, de cunho interpretativista, o presente estudo foi empreendido em duas etapas: pesquisa documental, a partir da análise do Plano Municipal de Educação de Ribeirão Preto (PME-RP); e pesquisa de campo, que compreendeu a aplicação de questionário aberto, junto a quatro professores especialistas, atuantes em salas de recursos multifuncionais (SRM). Em relação à análise documental, a pesquisa revelou a ausência de um documento próprio na esfera municipal que normatize o AEE e que o documento analisado, o PME-RP, retrata poucos elementos sobre a estruturação e organização desse serviço. A pesquisa de campo demonstrou que os professores especialistas apresentam uma visão positiva sobre os serviços desenvolvidos no AEE em relação ao público alvo atendido e aos recursos pedagógicos, porém há carência de recursos humanos de apoio multiprofissional. A formação docente está de acordo com os pressupostos legais e há um compromisso do corpo docente e da comunidade escolar na dinâmica da Educação Especial, além de esforços por parte do poder público municipal. Conclui-se que o funcionamento e a estrutura do AEE oferecida pelo município superam em qualidade e eficiência orientações apontadas no PME-RP.

Palavras-chave: Educação Inclusiva. Educação Especial. Atendimento Educacional Especializado.

ABSTRACT

This research aims to describe and to analyze the Special Education Services offered in the early years of elementary school in Ribeirão Preto – a city in São Paulo state – and identify how special education teachers perceive such service.

It is based theoretically in studies on Inclusive Education in Brazil, Special Education Services, Brazilian educational documents concerning to Inclusive Education in Brazil and Ribeirão Preto. This study was carried on under a qualitative interpretive approach and was undertaken in two stages: documentary analysis, focusing on Ribeirão Preto's Education Plan; and field research, which included the application of an open ended questionnaire to 4 special education teachers who work in cross-functional resource rooms. As regards the documentary analysis, it was developed the main theme Organization and Special Education at Ribeirão Preto's Educational Plan. From the analysis of the responses received to the questionnaire it was developed the main theme "The Special Education Services in the view of the special education teachers". The findings of this research point that in Special Education Services is efficient in Ribeirão Preto with respect to the target group and learning resources, but there is a lack a supporting cross-functional team. Teacher training mets the legal requirements and there is a commitment of the teaching staff and the school community in the dynamics of Special Education, in addition to efforts by the municipal government. The operation and structure of the Special Education Services offered in Ribeirão Preto city go further the official documents guidelines, in quality and efficiency.

Keywords: *Inclusive Education. Special Needs Education. Special Education Services.*

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	Perfil das professoras e respectivas instituições em que atuam	38
-----------------	--	----

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1	Relação entre segmentos do PME-RP e as metas do PNE	45
------------------	---	----

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AEE	Atendimento Educacional Especializado
CAS	Centro de formação de profissionais da Educação e atendimento às pessoas com surdez
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação
LIBRAS	Língua Brasileira de Sinais
NEE	Necessidades Educacionais Especiais
PME-RP	Plano Municipal de Educação do Município de Ribeirão Preto
PNE	Plano Nacional da Educação
PNEE-EI	Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva
SME-RP	Secretaria Municipal de Educação de Ribeirão Preto
SRM	Salas de Recursos Multifuncionais
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	14
2	FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	17
2.1	BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE O PERCURSO DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO BRASIL	17
2.2	A EDUCAÇÃO ESPECIAL E O AEE	21
2.3	CARACTERIZAÇÃO DOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL NO MUNICÍPIO DE RIBEIRÃO PRETO	31
3	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	35
3.1	O CONTEXTO DA PESQUISA	35
3.2	MATERIAIS UTILIZADOS	36
3.3	PARTICIPANTES	36
3.4	PROCEDIMENTOS DE COLETA DOS DADOS	38
3.4.1	Elaboração do questionário	38
3.5	PROCEDIMENTOS DE INTERPRETAÇÃO DOS DADOS	38
4	APRESENTAÇÃO E DISCUSÃO DOS DADOS	40
4.1	ORGANIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO DO AEE NO PME-RP	40
4.2	O AEE NA PERSPECTIVA DO ESPECIALISTA	47
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	61
	REFERÊNCIAS	64
	APÊNDICES	71
	ANEXOS	78

1 INTRODUÇÃO

A Educação Inclusiva constitui atualmente, um tema recorrente nos contextos político-educacionais brasileiros, dos quais emergem diversos e contínuos desafios e modos de repensar a escola e planejá-la para que se torne, efetivamente, aberta às diferenças.

Da busca por práticas educacionais que atendam às premissas de uma escola inclusiva, subjazem questões de diferentes áreas, tais como, a necessidade de um maior número de pesquisas e estudos especializados sobre o tema inclusão e seus desdobramentos; a necessidade de conscientização sobre o trabalho colaborativo de todos os indivíduos envolvidos no processo de educação, como forma de transformação das relações, metodologias e estratégias na composição de um projeto político pedagógico que abarque as interfaces da Educação Inclusiva.

A escolha do tema deste estudo originou-se das reflexões da pesquisadora sobre o contexto acima apresentado e de seus questionamentos à conjuntura atual da Educação Inclusiva, expressa constitucionalmente como dever do Estado. Tais reflexões justificam pessoalmente e profissionalmente o desenvolvimento deste estudo.

Graduada em Pedagogia com ênfase em Deficiência da Audiocomunicação, atuou por 10 anos em Classe Especial e Sala de Recursos para Deficientes Auditivos. Há 14 anos, a pesquisadora atua como professora dos anos iniciais do Ensino Fundamental e Educação Infantil na prefeitura municipal de Ribeirão Preto. Nessa trajetória participou da implementação do processo de inclusão dos alunos público-alvo da Educação Especial em salas do ensino regular das escolas municipais e estaduais. Experienciou e testemunhou manifestações de dúvida e desorientação em relação a diferentes aspectos desse processo.

O processo de Inclusão aconteceu de forma relativamente rápida e pré- estabelecida, não permitindo uma compreensão global acerca das questões legais, contextuais e filosóficas que geraram a obrigatoriedade da Inclusão dos alunos com Necessidades Educacionais Especiais (NEE). Dessa forma, muitos dos envolvidos consideraram tal mudança como uma imposição.

Na oportunidade da desativação das classes especiais sentiu-se falta de um trabalho mais efetivo de conscientização, esclarecimentos e orientação aos professores do ensino regular, que até o momento tinham pouco conhecimento sobre o universo inclusivo e pouca experiência prática junto aos alunos com NEE. Essa situação gerou resistência por parte

desses docentes e conseqüentemente, mal-estar aos alunos das classes especiais e seus familiares.

Era comum presenciar situações em que os professores do ensino regular procurassem se eximir da responsabilidade pelos alunos de Inclusão, alegando não terem formação adequada para lidar com tais especificidades ou não terem optado por atuar na Educação Especial. Alguns deles demonstravam ter a ideia de que o aluno com NEE estaria inserido na sala do ensino regular apenas para socialização e não manifestavam nenhum tipo de interesse em buscar conhecimentos que contribuíssem para lidar com essa nova realidade. A partir da Educação Inclusiva, ocorre uma transformação no papel da Educação Especial e o professor do AEE, que antes acompanhava um mesmo grupo de alunos, cotidianamente e em período completo, passa a exercer uma nova função. Tal função compreende, dentre outros aspectos, a necessidade de estabelecer uma relação colaborativa com os professores do ensino regular e familiares dos alunos; e de proporcionar recursos específicos e adaptações pedagógicas aos alunos, em períodos determinados, a fim de que possam desenvolver melhores condições de aproveitamento e autonomia no ensino regular. No entanto, essa nova função do professor do AEE não ficou suficientemente clara ao grupo escolar.

Esse contexto gerou bastante dificuldade por parte dos alunos de classes especiais em aceitar a mudança nas suas rotinas. No início, alguns alunos começaram a demonstrar comportamentos de agressividade, desinteresse pelos estudos e apatia, recorrendo com muita frequência aos antigos professores, agora atuantes nas SRM.

Tais experiências trazidas para o âmbito acadêmico-social motivaram a pesquisadora a buscar melhor compreensão do contexto inclusivo, no que tange ao AEE da Educação Especial.

Assim, ao ingressar no programa de mestrado em Educação Escolar, o construto Inclusão e as questões que subjazem a este tema foi adotado como objeto de estudo.

Os documentos que norteiam a Educação Inclusiva, no Brasil, objetivam garantir o direito de todo cidadão – com ou sem deficiência – a frequentar a escola. Contudo, apesar dos avanços flagrantes das últimas décadas, existe ainda, muito a ser feito: faltam investimentos na adaptação e adequação da estrutura física; na formação de professores e gestores; na qualificação do ambiente escolar como um todo, que prime pelo desenvolvimento da percepção às diferenças e às possibilidades das pessoas com deficiência.

Tal lacuna incitou na pesquisadora o desejo de desenvolver este trabalho, cujo objetivo é descrever e analisar o AEE no contexto dos anos iniciais do Ensino Fundamental em

Ribeirão Preto, no Estado de São Paulo e identificar qual é a percepção do especialista acerca desse atendimento. Para tanto este estudo buscou responder as seguintes questões de pesquisa:

- como o município organiza o AEE nos anos iniciais do Ensino Fundamental?
- na visão do professor especialista, em que medida o apoio oferecido por meio do AEE contribui com o desenvolvimento do aluno inserido nesse contexto?

Para responder a tais questões, esta pesquisa orientou-se por um paradigma qualitativo e foi organizada a partir de discussões epistêmicas sobre Educação Inclusiva com foco no AEE, oferecido no contexto dos anos iniciais do município de Ribeirão Preto, estado de São Paulo.

Subsequentemente à primeira seção, que apresenta os objetivos e justificativa da pesquisa, a seção 2, Fundamentação teórica, discorre sobre a Educação Inclusiva no Brasil e sobre o AEE e traz apontamentos com base nos documentos oficiais que regem a Educação Inclusiva no Brasil e no município em que a pesquisa foi realizada (BRASIL, 2008C; 2009; 2011; 2014; RIBEIRÃO PRETO, 2015)¹.

Na seção 3, Procedimentos Metodológicos, é apresentado o contexto de pesquisa, os materiais utilizados para a geração dos dados, a saber: questionários aplicados a quatro professores especialistas que atuam em SRM; e os procedimentos de coleta e interpretação dos dados – a análise documental (LUDKE; ANDRÉ, 1986) e a análise de conteúdo por categorias (BARDIN, 1994; FRANCO, 2003).

A seção 4, Apresentação e Discussão dos Dados, compreende duas subseções que correspondem aos eixos temáticos que emergiram da análise dos dados. A primeira traz os resultados da análise documental do Plano Municipal de Educação de Ribeirão Preto (PME-RP). A segunda subseção traz os resultados da análise dos questionários.

Nas considerações finais, são apresentados os achados da pesquisa, bem como, apontadas sugestões para o desenvolvimento de trabalhos futuros.

¹ Como referência deste trabalho, fez-se a opção pelo ano de 2015, devido à seguinte circunstância: o Plano Municipal de Educação de Ribeirão Preto foi elaborado na forma de documento base em Agosto de 2007 e encaminhado em Maio de 2008 ao Executivo que, por sua vez, não o encaminhou ao legislativo. Por esse motivo, não houve continuidade no processo para a tramitação da proposta na Câmara Municipal de Ribeirão Preto. O plano homologado foi disponibilizado no sítio eletrônico da Secretaria Municipal de Educação para consultas públicas, em qualquer tempo. A construção do Plano Municipal se iniciou por meio do Decreto nº 048, de 25 de março de 2015 e da Portaria nº 0254, de 26 de março de 2015, que nomeia os membros da Comissão Coordenadora desse processo. Em Junho de 2015, o Conselho Municipal da Educação recebeu, oficialmente, o Plano Municipal de Educação para apreciação e encaminhamento à Secretaria da Educação com o parecer dessa instituição. Compete à Secretaria tramitar o documento ao executivo do município que, por sua vez, após a avaliação final, deverá encaminhá-lo à Câmara Municipal que finalizará todo o processo de construção democrática desse Plano Municipal de Educação de Ribeirão Preto.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa teve como objetivo descrever e analisar o AEE no contexto dos anos iniciais do Ensino Fundamental em Ribeirão Preto, no Estado de São Paulo e identificar a percepção do especialista acerca desse atendimento.

No contexto pesquisado, o AEE encontra-se organizado segundo orientações legais do PNE (BRASIL, 2014) e estabelecido no PME-RP (RIBEIRÃO PRETO, 2015). Esse documento possui bases filosóficas de natureza construtivista e sociointeracionista, bem como advoga pela construção de uma pedagogia da diferença. O PME-RP dispensa uma de suas subseções à Educação Especial, na qual estabelece metas e estratégias. Tal subseção constitui a única referência na esfera municipal sobre Educação Inclusiva. O município segue as normativas gerais de esferas federal e estadual. O fato de não haver uma política sobre Educação Especial institucionalizada no município, pode representar um fator negativo, considerando que a documentação e normatização de um trabalho, eventualmente minimiza a ocorrência de condutas arbitrárias dentro de um mesmo sistema, favorece a continuidade de trabalhos construídos em gestões anteriores e oportuniza vínculos identitários entre os envolvidos, uma vez que considera as características específicas de uma determinada rede escolar.

A pesquisa revelou que o AEE no município se perfaz de modo eficiente. O público alvo atendido – alunos com deficiências, transtorno global do desenvolvimento, altas habilidades/superdotação – está de acordo com o estabelecido na legislação brasileira. A estrutura física e os recursos pedagógicos foram descritos como adequados para atender às demandas, havendo, contudo, carência de recursos humanos de apoio multiprofissional.

Os pressupostos legais determinados para o professor especialista são mencionados como norteadores de suas práticas, particularmente valorizando o trabalho colaborativo com a família e com os professores do ensino regular. Entretanto, existem limitações atitudinais apresentadas pelos professores do ensino regular que, muitas vezes, atribuem aos especialistas a total responsabilidade pelo processo de escolarização dos alunos público-alvo da Educação Especial. Nesse sentido, seria interessante que o setor de Educação Inclusiva oportunizasse ações que favorecessem ainda mais a articulação entre o ensino regular e Educação Especial, oferecendo esclarecimentos e orientações técnicas a todos os membros das escolas, otimizando os recursos já existentes e sistematizando um trabalho de acompanhamento dos serviços.

Não obstante, apesar das limitações mencionadas, a relevância do AEE foi apontada por todas as professoras, que afirmaram sua importância para o desenvolvimento escolar e global do aluno.

A visão conceitual sobre inclusão e Educação Inclusiva aparece em consonância com os aportes teóricos atuais e como sinônimo de respeito às diferenças. No tocante à formação das professoras, embora todas as docentes possuam a qualificação exigida para atuar no AEE, foram relatadas dificuldades e inseguranças dessas profissionais no exercício de suas funções, o que pode ser atribuído à falta de conhecimento prático, que resultou de lacunas, principalmente na formação inicial das profissionais. No entanto, pondera-se que a formação não pode ser concebida como único subsídio para uma atuação profissional satisfatória. A ação pessoal do professor na criação de um contexto próprio, identitário, que reflita a sua realidade e vá além dos conhecimentos teóricos, são atitudes que favorecem o desenvolvimento da autonomia profissional e da capacidade de reinventar práticas nos diferentes contextos do AEE.

Cabe considerar, que no contexto pesquisado existe um compromisso do corpo docente e envolvimento da comunidade escolar na dinâmica da Educação Especial, além de esforços e investimentos por parte do poder público municipal.

Nesse sentido, as respostas dos especialistas contrastadas com a análise documental realizada no PME-RP, revelaram que o funcionamento e estrutura do AEE na prática, vão além dos pressupostos do próprio documento, dentre os quais, oferecimento de reuniões de formação continuada aos professores especialistas, a disponibilização de um Departamento responsável pela Educação Especial, o CAS, dentre outros.

Diante disso, sugere-se que o PME-RP seja reorganizado, considerando a participação da sociedade, de forma a agregar as ações que já são realizadas no contexto do AEE, mas que não estão contempladas nesse documento. Sugere-se também, a regularização do PME-RP e consequente aprovação, de modo que tal documento possibilite o ordenamento e o planejamento para a educação a longo prazo, em consonância com as metas do PNE (BRASIL, 2014), especialmente no que se refere à Educação Inclusiva.

Encerra-se esta dissertação ciente de que muitos outros aspectos da Educação Inclusiva no município em questão poderiam ser abarcados. A autorização para realização da investigação e o acesso ao contexto de educação formal, descritas em inúmeros trabalhos acadêmicos como principal limitação de pesquisa, também teve neste estudo, um papel dificultador. Um número muito pequeno de escolas foi autorizado pela instância municipal

competente, para a realização da pesquisa. Além disso, haja vista os prazos a serem cumpridos no decurso do programa de mestrado e o limite de tempo restringiu as possibilidades de envolver mais participantes, como a família e os profissionais do ensino regular. Sugere-se, com base em tal circunstância, que esse público seja considerado para estudos futuros mais aprofundados, no que diz respeito ao papel do AEE no desenvolvimento do aluno.

Outra limitação é que, devido ao caráter exploratório deste trabalho, seus resultados não podem ser generalizados e aplicados em outros contextos, pois referem-se ao micro contexto estudado. Contudo, tais resultados podem servir de referência para contrastes e comparações de outros contextos de Educação Inclusiva.

Em relação ao município pesquisado, espera-se que este trabalho possa contribuir para uma melhor compreensão da realidade estudada e eventuais tomadas de decisão que visem o efetivo desenvolvimento dos alunos com deficiência.

Conclui-se advogando que, para que aconteçam avanços no contexto da Educação Inclusiva, faz-se necessário repensar valores, normativas e proposições, refletir sobre as mudanças necessárias, sobre os desafios a serem assumidos, concebendo-os como papel não apenas de uma instância, mas do coletivo escolar.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, D.B. de *et al.* **Política educacional e formação docente na perspectiva da inclusão.** Educação. CE/USFM. Santa Maria (RS), v. 32, n.2, 2007, p. 327-342. Disponível em: <<http://www.usfm.br/ce/revista>>. Acesso em: 20 ago 2016.

BAPTISTA, C.R. Ação pedagógica e educação especial: a sala de recursos como prioridade na oferta de serviços especializados. **Revista Brasileira de Educação Especial.** Marília, v.17, p. 59-76, maio/ago., 2011.

BARDIN, I. **Análise de conteúdo.** Lisboa: Edições Setenta, 1994.

BARRETO, M.A.S.C.; NUNES, I.M. Políticas de inclusão e formação de professores: olhares para o atendimento educacional especializado no norte do Espírito Santo. In: Seminário Nacional de Pesquisa em Educação especial, 6, 2011, Vitória. **Anais...** Vitória, 2011. 1CD-ROM.

BRASIL. **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil.** Rio de Janeiro: 1934. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constitui%C3%A7ao34.htm>. Acesso em: 14 set. 2014.

_____. **Constituição dos Estados Unidos do Brasil.** Rio de Janeiro: 1937. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constitui%C3%A7ao37.htm>. Acesso em: 14 set. 2014.

_____. **Constituição dos Estados Unidos do Brasil.** Rio de Janeiro: 1946. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constitui%C3%A7ao46.htm>. Acesso em: 14 set. 2014.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil.** São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 1988.

_____. **Decreto nº 3.956/01.** Promulga a Convenção Interamericana para a eliminação de todas as formas de discriminação contra as pessoas portadoras de deficiência. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 9 out. 2001. Disponível em: <http://www.trt02.gov.br/geral/tribunal2/Legis/Decreto/3956_01.html>. Acesso em: 12 jan. 2015. 2001a.

_____. **Decreto nº 5.296/04.** Regulamenta as Leis nos 10.048, de 8 de novembro de 2000 e 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Brasília, 2004a. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil/_ato2004-2006/2004/decreto/d5296.htm>. Acesso em: 12 jan. 2015.

_____. **Decreto nº 6.094/07.** Dispõe sobre a implementação do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação, pela União Federal, em regime de colaboração com Municípios, Distrito Federal e Estados, e a participação das famílias e da comunidade, mediante programas e ações de assistência técnica e financeira, visando a mobilização social pela melhoria da qualidade da educação básica.

Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6094.htm>. Acesso em: 12 jan. 2015. 2007a.

_____. **Decreto nº 186/08.** Aprova o texto da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e de seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova Iorque, em 30 de março de 2007. Brasília, 2008a. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Congresso/DLG/DLG-186-2008.htm>. Acesso em: 12 jan. 2015.

_____. **Decreto nº 571/08.** Dispõe sobre o atendimento educacional especializado, regulamenta o parágrafo único do Art. 60 da Lei Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e acrescenta dispositivo ao Decreto nº 6.253, de 13 de novembro de 2007. Brasília, 2008b. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Decreto/D6571.htm> Acesso em: 12 jan. 2015.

_____. **Decreto nº 7.611/11.** Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências. Brasília, 2011. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-014/2011/decreto/d7611.htm>. Acesso em: 12 jan. 2015.

_____. Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. **Diário Oficial da União.** Brasília, DF, 2001c. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB0201.pdf>> Acesso em: 12 jan. 2015.

_____. **Documento orientador programa implantação de salas de recursos multifuncionais.** MEC/SECADI. 2012. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&task>. Acesso em: 12 jan. 2015.

_____. **Emenda Constitucional nº 12/78.** Assegura aos Deficientes a melhoria de sua condição social e econômica. Diário do Congresso Nacional - 18/10/1978, Página 1950. Brasília, 1978. Disponível em: <<http://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:emenda.constitucional:1978-10-17;12>>. Acesso em: 12 jan. 2015.

_____. **Lei nº 4.024/61.** Fixa as diretrizes e bases da educação nacional. Lei de Diretrizes e Bases da Educação-LDB. Brasília, DF, 1961. Disponível em: <<http://wwwp.fc.unesp.br/~lizanata/LDB%204024-61.pdf>> Acesso em: 14 set. 2014.

_____. **Lei nº 9.394/96.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Lei de Diretrizes e Bases da Educação-LDB. Brasília, DF, 1961. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm>. Acesso em: 14 set. 2014.

_____. **Lei nº 10.048/00.** Dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e dá outras providências. Brasília, 2000a. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/ccivil/leis/L10048.htm>>. Acesso em: 12 jan. 2015.

_____. **Lei nº 10.098/00.** Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência. Brasília, 2000b. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/ccivil/leis/L10098.htm>>. Acesso em: 12 jan. 2015.

_____. **Lei nº 10.172/01.** Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. Diário Oficial da União. Brasília, DF, 10 jan. 2001b. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/110172.htm>. Acesso em: 12 jan. 2015.

_____. **Lei nº 10.436/02.** Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências. Brasília, 2002a. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10436.htm>. Acesso em: 12 jan. 2015.

_____. **Lei nº 10.683/03.** Dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, e dá outras providências. Diário Oficial [da República Federativa do Brasil], Brasília, 2003. Disponível em: <https://www.presidencia.gov.br/ccivil_03/Leis/2003/L10.683.htm>. Acesso em: 12 jan. 2015.

_____. **Lei nº 11.274/06.** Altera a redação dos arts. 29, 30, 32 e 87 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, dispondo sobre a duração de 9 (nove) anos para o ensino fundamental, com matrícula obrigatória a partir dos 6 (seis) anos de idade. Diário Oficial [da República Federativa do Brasil], Brasília, 2006b. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/111274.htm>. Acesso em: 12 jan. 2015.

_____. **Lei nº 13.00/14.** Aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2014. Disponível em: <<http://www.observatoriodopne.org.br/uploads/reference/file/439/documento-referencia.pdf>>. Acesso em: 12 jan. 2015.

_____. **Medida Provisória nº 1.799-6,** de 10 de Junho de 1999. Altera dispositivos da Lei nº 9.649, de 27 de maio de 1988, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios e dá outras providências. Revogada e Reeditada pela Mpv nº 1.911-7. 1999. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/mpv/Antigas/1799-6.htm>. Acesso em: 12 jan. 2015.

_____. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Ensino – Matrículas, Docentes e Rede Escolar.** Disponível em: <[/temas.php?lang=&codmun=354340&idtema=156&search=sao-paulo|ribeirao-preto|ensino-matriculas-docentes-e-rede-escolar-2015](http://temas.php?lang=&codmun=354340&idtema=156&search=sao-paulo|ribeirao-preto|ensino-matriculas-docentes-e-rede-escolar-2015)>. Acesso em 18 ago 2016.

_____. Ministério Público Federal: Fundação Procurador Pedro Jorge de Melo e Silva (Orgs). **O Acesso de Alunos com Deficiência às Escolas e Classes Comuns da Rede Regular.** 2ª ed. rev. e atualiz. Brasília: Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão, 2004b. Disponível em: http://www.prgo.mpf.mp.br/cartilha_acesso_deficientes.pdf/. Acesso em: 12 jan. 2015.

_____. **Nota Técnica nº 11,** de 7 de maio de 2010. Orientações para a institucionalização da Oferta do Atendimento Educacional Especializado – AEE em Salas de Recursos Multifuncionais, implantadas nas escolas regulares. Brasília: SEESP/GAB, 2010.

_____. **Plano de Desenvolvimento da Educação:** razões, princípios e programas. Brasília: Ministério de Educação, 2007b.

_____. **Política nacional de educação especial na perspectiva da educação inclusiva.** Documento elaborado pelo Grupo de Trabalho nomeado pela Portaria Ministerial nº 555, de 5 de junho de 2007, prorrogada pela Portaria nº 948, de 09 de outubro de 2007. 2008c.

_____. Ministério da Educação. **Portaria Nº 2.678, de 24 de setembro de 2002.** 2002b. Disponível em: <ftp://ftp.fn.de.gov.br/web/resolucoes_2002/por2678_24092002.doc>. Acesso em: 12 jan. 2015.

_____. Ministério da Educação. Centro Nacional de Educação Especial. **Portaria n. 69, de 28 de agosto de 1986.** Regulamenta a Portaria Interministerial nº 186, de março de 1977. Expede normas para fixação de critérios reguladores da prestação de apoio técnico e/ou financeiro à Educação Especial nos sistemas de ensino público e particular. Brasília, DF. Brasília: MEC, 1986.

_____. **Programa Educação Inclusiva: direito à diversidade.** Brasília, 2005. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/orientador1.pdf>>. Acesso em: 12 jan. 2015.

_____. **Resolução Nº 2,** de 7 de Abril de 1998. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental. Diário Oficial da União. Brasília, DF, 1998. Alterada pela Resolução CNE/CEB n.º 1, de 31 de janeiro de 2006. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/resolucao_ceb_0298.pdf>. Acesso em: 12 jan. 2015.

_____. **Resolução Nº 1,** de 15 de Maio de 2006. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Pedagogia, licenciatura. Diário Oficial da União. Brasília, DF, 2006a. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rcp01_06.pdf>. Acesso em: 12 jan. 2015.

_____. **Resolução Nº 1,** de 8 de Maio de 2002. Dispõe sobre a apreciação, pelo Congresso Nacional, das Medidas Provisórias a que se refere o art. 62 da Constituição Federal, e dá outras providências. Diário Oficial da União. Brasília, DF, 2002c. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/rescon/2002/resolucao-1-8-maio-2002-497942-normaatualizada-pl.html>> Acesso em: 12 jan. 2015.

_____. **Resolução Nº 3,** de 2 de Julho de 2007. Dispõe sobre procedimentos a serem adotados quanto ao conceito de hora aula, e dá outras providências. Diário Oficial da União. Brasília, DF, 2007c. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rces003_07.pdf>. Acesso em: 12 jan. 2015.

_____. **Resolução Nº 4,** de 2 de Outubro de 2009. Institui Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial. Diário Oficial da União. Brasília, DF, 2009. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb004_09.pdf> Acesso em: 12 jan. 2015.

_____. **Resolução Nº 7,** de 14 DE DEZEMBRO DE 2010. Fixa Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de 9 (nove) anos. Diário Oficial da União. Brasília, DF, 2010. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb007_10.pdf> Acesso em: 12 jan. 2015.

CARNEIRO, M. A. **O acesso de alunos com deficiência às escolas e classes comuns.** 2ª ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

CRUZ, T. **Autismo e Inclusão:** Experiências no ensino regular. Jundiaí: Paco Editorial, 2014.

FÁVERO, O. *et al.* (Org.) **Tornar a educação inclusiva.** Brasília: UNESCO, 2009.

FOREST, M.; PEARPOINT. **Inclusão:** um panorama maior. In: MANTOAN, M. T. E. (Org.). *A integração de pessoas com deficiência.* SP : Memnon, p.137-141, 1997

FRANCO, M.L.P.G. **Análise de Conteúdo.** Brasília: Plano, 2003.

GIROTO, C. R. M; ; POKER, R.B.; OMOTE, S. (Orgs). **As Tecnologias nas Práticas Pedagógicas Inclusivas.** Marília: Cultura Acadêmica, 2012, p. 11-24.

GIROTO, C. R. M; Milanez, S. G. C. La formación del profesorado de apoyos educativos especializados: ¿qué há cambiado em la practica docente especializada en el escenario educativo de Brasil. In: HEREDERO, E. S.; GIROTO, C. R. M.; MARTINS; S. E. S. O. (Org.). **La formación del profesorado para la atención a la diversidad em Brasil y Espanha.** Alcalá de Henares: Servicio de Publicaciones de la Universidad de Alcalá de Henares, 2013. (Tradução: Claudia R. M. Giroto).

GUIMARÃES, A.A.; VILLELA, F.C.B. O professor-coordenador e as atividades de início de ano. In: BRUNO, E.B.; ALMEIDA, L.R.; CHRISTOV, L.H.S. (Orgs.). **O coordenador pedagógico e a formação docente.** São Paulo: Edições Loyola, 2000, p. 37-54.

KASSAR, M. de C. M. Percursos da Constituição de uma Política Brasileira de Educação Especial Inclusiva. **Revista Brasileira Educação Especial.** Marília, v.17, p.41-58, maio-ago., 2011. Edição Especial.

LIBÂNEO, J. C. et al. **Educação Escolar:** políticas, estrutura e organização. São Paulo: Cortez, 2003.

LINHARES, A. **Inclusão e educação especial.** 2. ed. São Paulo: Ática, 2005.

LOPES, E. **Adequação Curricular:** um caminho para a inclusão do aluno com deficiência intelectual. 2010. 166f. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Estadual de Londrina, Londrina. 2010.

LÜDKE, M.; ANDRÉ, M.E.D.A. **Pesquisa em educação:** abordagens qualitativas. São Paulo, EPU, 1986.

MANTOAN, M. T. E. **Todas as crianças são bem-vindas à escola.** Disponível em: <<http://www.pro-inclusao.org.br/textos.html>>. Acesso em: 28 fev. 2016.

_____. **Atitude da escola frente à integração do portador de deficiência.** São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1994.

_____. **Inclusão escolar:** o que é? Por quê? Como fazer? 2ª ed. São Paulo: Moderna, 2006.

_____. O Atendimento Educacional Especializado na educação inclusiva. In: MEC. Inclusão: **Revista de Educação Especial**, v. 5, n. 1. Brasília: Secretaria de Educação Especial, jan/jul, 2010.

MAZZOTTA, M.J.S. **Educação Especial no Brasil: História e políticas públicas**. São Paulo: Cortez, 1996.

MELETTI, S. M. F.; BUENO, J. G. S. O impacto das políticas públicas de escolarização de alunos com deficiência: uma análise dos indicadores sociais no Brasil. In: KASSAR, M. de C. M. (org.). **Diálogos com a diversidade: sentidos da inclusão**. Campinas: Mercado de Letras, 2011.

MENDES, E. G. **Revista Brasileira de Educação**, v. 11 n. 33 set./dez. 2006.

MILANEZ, S.G. C.; OLIVEIRA, A.A.S; MISQUIATTI, A. R. N. (Orgs.) **Atendimento educacional especializado para alunos com deficiência intelectual e transtornos globais do desenvolvimento**. São Paulo : Cultura Acadêmica; Marília: Oficina Universitária, 2013.

MITTLER, P. **Educação inclusiva: contextos sociais**. Tradução de Windyz Brazão Ferreira. Porto Alegre: Armed, 2003.

MORETTI, I.G.; CORRÊA, N.M. A Sala de recursos como atendimento educacional especializado para a 'inclusão' de alunos com deficiência mental em classes comuns. In: V CONGRESSO MULTIDISCIPLINAR DE EDUCAÇÃO ESPECIAL, 5., Londrina, 2009. **Anais...** Londrina: Universidade Estadual de Londrina, 2009. p. 485 – 492.

MINAYO. M.C. de S. **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. 13ª ed. Vozes: SP, 1999.

MINAS GERAIS. Secretaria de Estado de Educação. **Caderno de textos para formação de professores da rede pública de ensino de Minas Gerais**. Belo Horizonte, 2006. Disponível em: < seeensinoespecial.educacao.mg.gov.br/index.php?... >. Acesso em: 12 jan 2015.

MIRANDA, T.G. & GALVÃO FILHO, T. A. **O professor e a educação Inclusiva: formação, práticas e lugares**. Salvador; EDUFBA, 2012.

MOITA LOPES, L.P. Pesquisa Interpretativista em Linguística Aplicada: a Linguagem como Condição e Solução. In: **D.E.L.T.A.**, vol. 10 n° 2: 329-338. 1994.

NÓVOA, A. **Vidas de Professores**. 2. ed., Porto Editora, Porto, 1995.

OLIVEIRA, A.A.S.; POKER, R.B. Educação inclusiva e municipalização: a experiência em educação especial de Paraguaçu Paulista. **Revista Brasileira de Educação Especial**, Marília, SP, n. 3, v. 2, p. 233-244, jul./dez. 2002.

PÊCHEUX, M.; FUCHS, C. **Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio**. Campinas: Ed. Unicamp, 1988.

PIMENTEL, S.A. **Formação de professores para a inclusão:** saberes necessários e percursos formativos. In: MIRANDA, T. G.; GALVÃO FILHO, T. A. (Org.). O professor e a educação inclusiva: formação, práticas e lugares. Salvador: EDUFBA, 2012.

RIBEIRÃO PRETO. **Prefeitura Municipal de Ribeirão Preto**, s/d. Disponível em: < <https://www.ribeiraopreto.sp.gov.br/seducacao/modalidades/i15hist-especial.php> >. Acesso em: 12 jan 2015.

_____. **Plano Municipal de Educação de Ribeirão Preto:** uma construção coletiva. Disponível em:

<https://www.ribeiraopreto.sp.gov.br/seducacao/plano_municipal_educacao_documento_finalizado.pdf>. Acesso em: 12 jan 2015.

_____. **Resolução SME Nº 14**, de 29 de novembro de 2006. Homologa a Deliberação do Conselho Municipal de Educação nº 002/2006. PRETO. Diário Oficial de Ribeirão Preto. Disponível em: < <http://www.ribeiraopreto.sp.gov.br/seducacao/modalidades/i15hist-especial.php> >. Acesso em: 12 jan 2015.

RODRIGUES, D. **O que é a Inclusão?** Público Porto. 17/03/2014. Disponível em: < <https://www.publico.pt/sociedade/noticia/o-que-e-a-inclusao-1628577> >. Acesso em: 12 jan 2015.

ROPOLI, E. A. *et. al.* **A educação especial na perspectiva da inclusão escolar:** a escola comum inclusiva. Brasília: MEC, Secretaria de Educação Especial [Fortaleza]. Universidade Estadual do Ceará, 2010.

STAKE, R.E. *The art of case study research*. Thousand Oaks: Sage Publications, 1995.

UNESCO. **Declaração mundial sobre educação para todos:** satisfação das necessidades básicas de aprendizagem. Jomtien. 1990.

_____. **Declaração de Salamanca:** Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais, 1994.